

A INCIDÊNCIA DA TEORIA SOCIAL CRÍTICA NO SERVIÇO SOCIAL.

Ricardo LARA*

RESUMO: Na atualidade a produção teórica do Serviço Social apresenta significativa aproximação com importantes autores da *teoria social crítica*. Isso ocorreu mais acentuadamente a partir dos anos de 1980, momento que a interlocução com o pensamento social originário da tradição marxista é apropriado de forma mais cautelosa. Marx, Lênin, Gramsci e Lukács, como *estudiosos críticos da sociedade burguesa*, tornaram-se interlocutores freqüentes na produção científica da área, como também nota-se a relevância dos mesmos na fundamentação teórica que sustenta a proposta curricular da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, de 1996.

PALAVRAS CHAVE: fundamentos do Serviço Social. marxismo. teoria social.

Introdução

O Serviço social nas ultimas três décadas iniciou a interlocução teórica, mais cuidadosa, com o pensamento social oriundo da teoria social crítica. A incidência de autores como Marx, Gramsci, Lukács, Hobsbawm, Heller, Lênin começou a ser freqüente na área.

Na atualidade o Serviço Social recorre freqüentemente a tais autores para compreender o significado social da profissão; analisar a sociedade de classes sociais antagônicas; investigar o capital monopolista e sua consolidação no século XX; debater a “questão social” e situá-la como principal categoria social na matriz curricular dos cursos de graduação; entender a particularidade da profissão na divisão social e técnica do trabalho; compreender as dimensões ético-políticas que envolvem a profissão; investigar as relações sociais tendo como fundamento a centralidade do trabalho; compreender o caráter contraditório das políticas sociais.

A aproximação do Serviço Social com a teoria social crítica não foi um epifenômeno, ou uma aproximação casual, foi resultado de

* Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Centro Sócio-Econômico. Depto. de Serviço Social. Campus Universitário. Bairro Trindade. CEP 88040-900. Florianópolis – SC. Fone: (48) 3721-9540. Fax: (48) 3721-9990. e-mail: ricbrotas@ig.com.br. Auxílio: FUNPESQUISA/UFSC.

avanços acumulados pela profissão em sua trajetória política, ocupacional e teórica na sociedade brasileira. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social têm como maior preocupação compreender a produção e reprodução da vida social da sociedade burguesa, principal inquietação de estudo dos referidos autores dessa tradição.

A aproximação do Serviço Social com a teoria social

O Serviço Social como profissão inserida na divisão social do trabalho tem algumas singularidades no seu “fazer profissional”. Uma das mais destacadas é a execução de políticas públicas no enfrentamento das expressões da “questão social”. No âmbito científico, o Serviço Social é classificado como *ciência social aplicada* e sua emergência como profissão se deu na idade do capital monopolista, momento de organização do Estado e das legislações sociais segundo os princípios de *regulação social liberal* e consolidação das “ciências particulares” no âmbito acadêmico.

No início do século XX, para assegurar os mecanismos tencionados pela ordem monopólica, o Estado é reivindicado como mecanismo de *intervenção extra-econômica*, cuja função é assegurar os *grandes lucros* dos monopólios e desempenhar funções econômicas como investimentos em setores menos rentáveis e em empresas com dificuldade de crescimento ou em crise; entregar aos monopólios os complexos construídos com fundos públicos além de outros fatores que os fortalecem em detrimento dos custos do Estado. O Estado passa a ter como principal objetivo garantir as condições necessárias à acumulação e valorização do capital monopolista. (LÊNIN, 1991; NETTO, 1996a). Em relação às contradições sociais oriundas do conflito de classes, o Estado se responsabiliza por controlar e manter a força de trabalho e por suportar certo nível de organização de luta classista. Paraphrasing José Paulo Netto (1996 a, p. 25), o capital monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política por meio do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatas. Com isso a “questão social” passa a ser objeto de intervenção contínua e sistemática por parte do Estado, por meio das políticas sociais, as quais passam a atuar diretamente

nas expressões da “questão social” de forma fragmentada e parcializada. Evidência, portanto, a ação interventiva do Estado, que desconsidera a “questão social” como resultante da ordem burguesa e das contradições do modo de produção capitalista, na sua maneira conflitante de produzir e apropriar da riqueza social. Dessa forma, a “questão social” é atacada nas suas expressões, nas suas seqüelas, e são entendidas como problemáticas para o desenvolvimento econômico-social.

Nesse contexto, o Serviço Social, em âmbito mundial, emerge como profissão e consolida seu espaço sócio-ocupacional na idade do capital monopolista. Para José Paulo Netto (1996 a, p. 69-71) é somente na ordem societária comandada pelo monopólio que se gestam as condições histórico-sociais para que, na divisão social e técnica do trabalho, constitua-se um espaço em que se possam mover práticas profissionais como as do assistente social. “A profissionalização do Serviço Social não se relaciona decisivamente à ‘evolução da ajuda’, à ‘racionalização da filantropia’ nem à ‘organização da caridade’; vincula-se à *dinâmica da ordem monopólica*”. É na consolidação da sociedade burguesa madura que surge o Serviço Social com sua base sustentada nas modalidades do Estado burguês que se defronta com a “questão social” por meios das políticas sociais. É nesta processualidade histórico-social que se põe o *mercado de trabalho* para o assistente social, e este passa a ter a sua ação profissional reconhecida “*como um dos agentes executores das políticas sociais*”.

No Brasil, o Serviço Social deu seus primeiros passos na década de 1930 com a iniciativa particular de vários setores da burguesia com fortes laços com a Igreja Católica, tendo como referência, primeiramente, o Serviço Social europeu de orientação Franco-Belga. Martinelli (2000, p. 122) alerta que “o Serviço Social brasileiro não pode ser entendido como uma simples transposição de modelos ou mera importação de idéias, pois suas origens estão profundamente relacionadas com o complexo quadro histórico conjuntural que caracteriza o país naquele momento”. Dentre os principais fatores da realidade brasileira, a autora destaca que a acumulação capitalista deixava de se fazer através das atividades agrárias e de exportação, centrando-se no amadurecimento do mercado de trabalho, na consolidação do pólo industrial nacional e na vinculação da economia com o mercado mundial. Os levantes sociais em curso no Brasil desde a segunda metade da década de 1920 vinham exigindo uma rápida

recomposição do quadro político, social e econômico. A repressão policial, peculiar da primeira república, através da qual fracassara o plano da burguesia em conter avanço do movimento operário, necessitava de mecanismos mais sólidos para combater as contradições sociais.

Os primeiros passos operacionais do Serviço Social no Brasil se dão no seio do movimento católico. O processo de profissionalização e legitimação encontra-se estreitamente articulado à expansão das grandes instituições sócio-assistenciais estatais, paraestatais e autárquicas, que nascem especialmente na década de 1940. Dentre as instituições podemos destacar: o Conselho Nacional de Serviço Social (1938), a Legião Brasileira de Assistência (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (1942) e o Serviço Social da Indústria (1946). A criação de tais instituições tem como pano de fundo um período, na história do Brasil, marcado pelo aprofundamento do modelo de Estado intervencionista sob a égide do capitalismo monopolista internacional e por uma política econômica nacional que privilegiou o crescimento da industrialização. No Brasil, o desenvolvimento material desencadeia a expansão do proletariado urbano, reforçada pela migração interna, o que cria a necessidade política de controlar e absorver esses segmentos sociais. O Estado incorpora parte das reivindicações da classe trabalhadora nacional, ampliando a base de reconhecimento legal da “cidadania”, do proletariado e dos direitos sociais por meio da criação de legislações sociais. (IAMAMOTO, 2000 a, p. 30-31).

No campo da teoria social, as primeiras décadas do Serviço Social no Brasil tiveram como alento o pensamento social da Igreja Católica e o pensamento conservador, principalmente, da sociologia norte-americana. É imperativo recordar as influências das *Encíclicas Papais* pela abordagem da escola Franco-Belga e as análises funcionalistas norte-americana com as “metodologias de ação”: *caso, grupo e comunidade*. A relação da profissão com o ideário católico vai cunhar seus primeiros referenciais no contexto de expansão e secularização do mundo capitalista. Sua fonte é a Doutrina Social da Igreja, a ação social franco-belga e o pensamento de São Tomás de Aquino (Século XII) retomado em fins do século XIX por Jacques Maritain na França e pelo Cardel Marcier na Bélgica (neotomismo), tendo como objetivo “aplicar” esse pensamento às necessidades do contexto social. Essa relação vai imprimir à profissão um caráter de apostolado fundado em uma abordagem da “questão social” como

problema moral e religioso e numa intervenção que prioriza a formação da família e do indivíduo para solução de “problemas” e atendimento de suas necessidades materiais, morais e sociais. O contributo do Serviço Social, neste momento, incidirá sobre os valores e comportamentos de seus “clientes” na perspectiva de sua integração à sociedade, ou melhor, nas relações sociais vigentes do capitalismo monopolista. (YAZBEK, 2000, p. 22). Em seguida, a busca pelo aprimoramento técnico buscou aproximação com o Serviço Social norte-americano. Essa aproximação objetivava atender às novas configurações do desenvolvimento do capitalismo da época e que, por conseqüência, exigia da profissão maior qualificação e sistematização de seu espaço sócio-ocupacional, priorizando responder às necessidades do Estado que iniciava a implementação das políticas sociais. De acordo com Yamamoto (2000, p. 28):

Analisando a sociedade a partir do suporte teórico da noção de comunidade, do princípio da solidariedade como base ordenadora das relações sociais, o Serviço Social alia a este universo teórico um outro elemento: a filosofia social humanista cristã. Ao mesmo tempo, aprimora os procedimentos de intervenção incorporando os progressos do Serviço Social norte-americano no que se refere aos métodos de trabalho com indivíduos, grupos e comunidade. Ou seja: enquanto os procedimentos de intervenção são progressivamente racionalizados, o conteúdo do projeto profissional permanece fundado no reformismo conservador e na base filosófica aristotélico-tomista.

A recepção *a-crítica* das ciências sociais e humanas marcou o início do Serviço Social. As abordagens européias, em especial a interpretação *durkeimiana* do sistema da divisão do trabalho, a peculiar teorização sobre o normal e o patológico e sua relação com as matrizes do pensamento católico integraram as bases teóricas do Serviço Social numa ótica restauradora e moralista. Com o surgimento das ciências sociais e a sua conseqüente fragmentação que deu margem à consolidação da sociologia, a escola norte-americana, com as elaborações de Mary Richmond, designa ao exercício do assistente social a noção de uma *ciência social sintética aplicada*. Segundo Paulo Netto (1996 a, p. 142): “O caráter *aplicado* provinha da convicção de que era essencial à

profissão intervir sobre variáveis prático-empíricas, mais que qualquer outra dimensão; o traço *sintético* derivava do tônus sistemático da sociologia norte-americana de então”. O empirismo atribuído ao Serviço Social é resultado de sua materialização na divisão social do trabalho. Atribui-se a ele o caráter de uma profissão interventiva, que necessita dar resposta *prática* para as contradições sociais. As ciências sociais são buscadas pelos profissionais de uma forma sistemática ao extremo, havendo, em alguns momentos, reivindicações de receituários capazes de oferecer caminhos eficazes para as ações profissionais, desconsiderando, inclusive, o processo histórico-social. Calcado nesses preceitos, o Serviço Social tem sua filiação teórica com as ciências sociais do século XX que, em suas construções teórico-metodológicas, produz um saber fragmentado sobre a realidade social.

A aceitação inicial de uma aproximação receptora do Serviço Social em relação às ciências sociais enfraqueceu a possibilidade da apreciação crítica dos subsídios teóricos. A matriz positivista ofereceu uma compreensão das relações sociais e do ser social de cariz imediatista, restringindo a perspectiva teórica ao âmbito do verificável, da experimentação e da fragmentação do homem e da sociedade. Essa visão de mundo não oferecia possibilidades de mudanças, senão dentro da ordem estabelecida, voltando-se sempre para ajustamentos e conservações do *status quo* da ordem do capital. Na sua orientação funcionalista, esta abordagem apresenta para a profissão propostas de trabalho ajustadoras e um perfil manipulatório, voltado para o aperfeiçoamento dos instrumentais e das técnicas para a intervenção, com “metodologias de ação” que buscava padrões de eficiência. Observa-se “uma tecnificação da ação profissional que é acompanhada de uma crescente burocratização das atividades institucionais. (YAZBEK, 1994, p. 71). Segundo Paulo Netto (1996a, p. 143), não havia validação crítica do acervo das ciências sociais por parte dos assistentes sociais, resultando em:

o tônus do Serviço Social tendia a ser *heterônimo* , isto é, tendia a ser dinamizado a partir da valoração “científico” – acadêmica variável desfrutada num momento dado por uma ou outra ciência social ou uma de suas correntes;

a verificação da validade dos subsídios tendeu a desaparecer do horizonte profissional do assistente social – já que prévia e supostamente realizada no sistema de saber de origem –, *donde uma escassa atenção à pesquisa e à investigação* (e as escassas predisposição e formação para tanto). A outra consequência deletéria foi a consolidação do *praticismo* na intervenção do profissional (praticismo que, como vimos deita raízes na própria emergência da funcionalidade histórico-social do Serviço Social); tacitamente, o caráter “aplicado” de intervenção profissional passou a equivaler ao cancelamento da inquietação em face dos produtos das ciências sociais.

A partir dos anos 1950, o Serviço Social, na continuidade e na qualidade de receptor *a-crítico* das ciências sociais, passou a ter influências teóricas heterogêneas que vão desde as concepções teóricas conservadoras às mais progressistas. Em princípio, no decurso da *modernização do Serviço Social*, há uma aproximação com os fundamentos da *teoria da modernização* presente nas ciências sociais. Esse período teórico respondia pelas condições materiais do Brasil que se aventurava no *desenvolvimentismo* e apostava no capitalismo industrial. Simultaneamente ocorre o desdobramento de alguns setores populares que causavam preocupações aos poderes autoritários da sociedade brasileira. Diante da realidade social do país, o Serviço Social passa a ser um agente importante para o enfrentamento da “questão social”, o que amplia o seu campo de intervenção. No âmbito interno da profissão, já na década de 1950, os primeiros questionamentos do *status quo* do Serviço Social se fazem presentes, principalmente, pela preocupação de alguns profissionais em responder às ânsias de alguns setores populares.

Nos anos de 1960, sob a tutela da ditadura militar, a categoria profissional, impossibilitada de questionar as condições políticas, sociais e econômicas da realidade brasileira, inicia um ciclo de indagações sobre o objeto, os objetivos, os métodos e os procedimentos de intervenção do Serviço Social, dando início ao *movimento de reconceituação*. Os *encontros* (Araxá, 1967; Teresópolis, 1970; Sumaré, 1978 e Alto da Boa Vista, 1984) que marcaram esse período tiveram avanços que possibilitaram aos assistentes sociais questionar a *natureza* do Serviço Social. No

decorrer do *movimento de reconceituação*, segmentos progressistas da profissão se aproximaram dos movimentos sociais, de perspectivas teóricas críticas, de grupos de esquerda das Universidades e questionaram o *tradicionalismo da profissão*, dando início ao que se afirmou, a partir dos anos de 1980, como ruptura com o Serviço Social tradicional. Segundo Iamamoto (2000a, p. 37):

O posicionamento crítico – que passa a ser assumido nos últimos anos por uma parcela minoritária, embora crescente, de Assistentes Sociais – emerge não apenas de iniciativas individuais, mas como resposta às exigências apresentadas pelo momento histórico. Torna-se possível a medida que o contingente profissional se expande e sofre as conseqüências de uma política econômica amplamente desfavorável aos setores populares. Nessa conjuntura político-econômico em que já não se podem ignorar as manifestações populares, em que os movimentos sociais e o processo organizativo de diversas categorias profissionais se revigoram, a prática do Assistente Social passa a ser analisada a partir das implicações políticas do papel desse intelectual vinculado a um projeto de classe. Verificam-se tentativas de ruptura de parte do meio profissional com o papel tradicionalmente assumido, na procura de somar-se às forças propulsoras de um projeto de sociedade. A isso se alia a busca de fundamentos científicos mais sólidos que orientam a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica. Questiona-se, inclusive, que tipo de orientação teórico-metodológica deve informar a prática e como esta pode ser repensada a serviço da produção do conhecimento voltado para os interesses dos “setores populares” e de sua organização autônoma. Essa nova qualidade de preocupação com a prática profissional visa ainda resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação.

A *perspectiva da intenção de ruptura*, no processo de renovação do Serviço Social, objetivava romper com o *tradicionalismo* e suas implicações *teórico-metodológicas e prático-profissionais*. Nesse período, o regime militar do ciclo

autocrático burguês obstaculiza liminarmente o *projeto de ruptura* no terreno da “prática profissional”. A reforma do Estado e a realocação profissional dos assistentes sociais não propiciavam margem para “práticas críticas” nem nos espaços do setor privado nem nos espaços do setor público. A *intenção de ruptura*, como perspectiva profissional que objetiva romper com o tradicionalismo e escrever novas páginas para o Serviço Social, aproxima-se da Universidade que se apresentava como um espaço “menos adverso que os outros para apostas de rompimento; era, comparado ao demais, uma espécie de ponto fulcral na linha da menos resistência” (NETTO, 2001b, p. 250).

Nos anos 1970, o espaço acadêmico oferecia inicial solidez com a graduação e a recente pós-graduação em Serviço Social, o que proporcionava um caminho um pouco mais seguro para os questionamentos e o trabalho teórico-metodológico pretendido pelos protagonistas da *perspectiva da intenção de ruptura*. Na Universidade, foi possível a interação intelectual entre assistentes sociais que pretendiam se dedicar à pesquisa, sem as demandas imediatas da “prática profissional” submetida às exigências e aos controles institucionais das agências empregadoras. No espaço universitário, foi possível realizar experiências nos campos de estágios com novas abordagens e referenciais e, principalmente, quebrar o *isolamento intelectual* do assistente social e viabilizar experiência de práticas *autogeridas* (NETTO, 2001b).

A partir da *perspectiva da intenção de ruptura*, o Serviço Social se insere com maior assiduidade no espaço acadêmico e a interlocução com profissionais das diversas áreas do saber (historiadores, filósofos, sociólogos) cria oportunidade para o aprimoramento dos processos investigativos do assistente social. A busca pela renovação que gerou a ruptura com o tradicionalismo no seio da profissão ofereceu uma nova inserção dos assistentes sociais no debate acadêmico, a aproximação com a teoria social crítica passou a ser cada vez mais presente na discussão teórica da profissão.

Nesse momento, inicia-se a interlocução da profissão, de forma heterogênea, com a obra de Marx – em alguns casos enviesados e com duvidoso rigor teórico. Posteriormente, nos anos de 1980, 1990 e 2000, com outros pensadores da tradição crítica como Antonio Gramsci – com as abordagens acerca do Estado, da sociedade civil, do mundo dos valores, da ideologia; com Georg

Lukács – no resgate da *centralidade do trabalho* e dos enunciados ontológicos da obra de Marx; com Agnes Heller – na problematização sobre o cotidiano, os valores e a ética; com E. P. Thompson – na concepção acerca das “experiências humanas”; com Lênin na interpretação do capital monopolista, da epistemologia reacionário, da revolução social; com Eric Hobsbawm – na contribuição sobre a interpretação marxista da história, além de outros importantes estudiosos críticos do *mundo dos homens*.

A partir dessas informações, podemos dizer que o Serviço Social iniciou-se sobre as balizas da teoria social da Igreja, passou para a concepção positivista de uma sociologia conservada permeada por ecletismos e, no *movimento de reconceituação*, sofreu influências de um leque amplo de abordagens teóricas das ciências sociais, que vai desde as perspectivas funcionalistas, fenomenológicas, passando pelo vulgarismo teórico até as fontes de uma teoria social crítica. Tais influências foram simultâneas e emergiram de acordo com as determinações históricas do país e, principalmente, com a necessidade da profissão em dar respostas que se aproximassem da realidade social brasileira. A luta pela redemocratização no início dos anos de 1980, no alvorecer dos movimentos sociais, é um exemplo, que desencadeou a afirmação do compromisso do Serviço Social, nos *Códigos de Ética* de 1986 e 1993, com a classe trabalhadora e com os valores de uma sociedade que vá *para além do capital*.

Nas décadas de 1980 e 1990, o Serviço Social aproximou-se de matrizes teóricas que colocavam os movimentos sociais, as lutas de classes e a “questão social” como categorias de análises essenciais para o entendimento da realidade social. Nesse momento as teorias sociais críticas começaram a ser estudadas com maior aprofundamento pelos assistentes sociais, com especial atenção pela teoria social de Marx e seus principais herdeiros.

Nos anos de 1990, há certa densidade do debate teórico, o que gerou maior visibilidade acadêmica e científica da profissão. A pesquisa que até então não era uma realidade determinante do modo de ser e existir do Serviço social passa a ser uma necessidade em todos os níveis de formação. A aproximação do Serviço social com a teoria social crítica proporcionou avanços no arsenal “investigativo da profissão”, o que ultrapassou a condição de mero executor de políticas, programas e projeto sociais e passou a assumir, nos últimos 20 anos, a condição de planejadores e

gestores das políticas sociais e fez crescer o material bibliográfico produzido pela área.

A incidência de elementos da teoria social crítica está presente nas dimensões que envolvem a formação profissional em Serviço Social. As diretrizes curriculares do curso de Serviço Social delimitam claramente o campo de formação profissional e evidenciam os componentes principais que são as dimensões: *teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política*. O assistente social deve estar capacitado para apreender, pela perspectiva da totalidade, as determinações da vida social da sociedade burguesa, o processo histórico da sociedade brasileira, o significado social da profissão e das suas demandas, a sua inserção na divisão social do trabalho e, principalmente, compreender a estatura política que envolve a profissão. O projeto ético-político protagoniza valores bem articulados com os movimentos sociais, a classe trabalhadora e faz opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero. A busca da realização desses valores recai diretamente sobre a crítica radical aos *modos de ser e existir* da sociedade burguesa, que se sustenta materialmente na propriedade privada e na propagação de uma ideologia individualista e alienada pelos *sentidos do ter*. O Código de Ética de 1993 preconiza a defesa e o aprofundamento da democracia, como socialização da riqueza socialmente produzida e a participação dos setores populares no poder político. A liberdade é cobrada como possibilidade de construção de novas relações sociais em que os homens serão capazes e terão condições de *fazer histórica*, bem distante da liberdade burguesa que é medida pela posse da propriedade privada. Com tais afirmações ficam evidentes a aproximação do Serviço Social com as principais categorias de análises da teoria social crítica.

As transformações societárias nos anos de 1990 e 2000 trazem em seu bojo o avanço da ofensiva neoliberal e o recuo das políticas sociais públicas acarretando diretamente no enfraquecimento dos direitos sociais. Essas transformações, somadas às *metamorfozes* no mundo do trabalho, penalizam sobremaneira a classe trabalhadora. Tais mudanças colocam “velhas e novas” preocupações para o Serviço Social, tanto em relação à intervenção profissional como em relação a seu campo de conhecimento. Por esta questão que, aproximar o debate com autores como Marx, Lukács e Lênin no Serviço Social contemporâneo, é de fundamental importância para analisarmos

quais são os avanços e retrocessos dessa matriz teórica no Serviço Social.

No início do século XXI, as alterações nas relações sociais cobram dos assistentes sociais novos patamares para compreensão da sociedade, o que faz emergir preocupações com as matrizes teóricas que alimentam a formação profissional e a intervenção do assistente social. O Serviço Social, por ser uma profissão interventiva, tem seu modo de existir unido diretamente às manifestações da vida social, as quais se assentam nas diferentes construções históricas. Investigar a relevância e incidência da teoria social crítica no Serviço Social contemporâneo, é basilar para analisarmos e compreendermos os principais desafios postos para a profissão no enfrentamento com a realidade social.

Portanto, analisar a influência da teoria social crítica no Serviço Social não é simplesmente uma questão de cunho ideológico, é, antes de tudo, o esforço da perquirição das fontes originais de uma teoria social que seja aderente as transformações da realidade social, que anseie para fortalecer a profissão na construção do seu arsenal *teórico-metodológico*, sempre tendo como horizontes contribuir para as dimensões *técnico-operativa e ético-política da profissão*.

Breves apontamentos: a influência de Marx, Lênin e Lukács no Serviço Social contemporâneo.

A teoria social oriunda de Marx, Lukács, Lênin e seus principais “sucessores” tem como principal objeto de estudo a sociedade burguesa. A produção e reprodução da vida social sob a ordem do capital são as preocupações desses autores que objetivam compreender a sociedade moderna edificada a partir da Revolução Francesa e da Revolução Industrial, ou seja, particularidade histórica, política, cultural, econômica e social responsável pela construção da *modernidade*. Os séculos XVIII, XIX e XX são preocupações de análises de Marx, Lênin e Lukács, cada qual com suas investigações particulares, mas em comum possuem o compromisso com a realidade sócio-histórica, que é tecida pelo modo de produção capitalista. O alvorecer da modernidade põe possibilidades reais para compreensão do *mundo dos homens*, o pensamento social crítico debruça-se sobre

a interpretação da sociedade moderna, tendo como principal paradigma o conflito de classes sociais antagônicas.

Os três autores, que destacamos neste ensaio como principais representantes da teoria social crítica, têm olhares particulares que se complementam sobre a sociedade burguesa. Marx, no século XIX, é o principal fundador do *materialismo crítico* e, posteriormente, de toda a tradição teórica que tem como fundamento a análise da sociedade burguesa; Lênin representa uma contribuição para a continuação do pensamento crítico no início do século XX, principalmente com seus estudos sobre o imperialismo, o capital monopolista, as fontes constitutivas do pensamento dialético e a crítica à epistemologia conservadora; Lukács teve significativa importância pela reinterpretação da obra de Marx no século XX, o pensador húngaro salvou o pensamento de Marx das deturpações e interpretações reducionistas oferecidas pelas ciências sociais e humanas.

Os autores citados produziram extensa obra, com abrangentes estudos sobre a vida social, que, infelizmente, na atualidade são situados de forma fragmentada nos variados campos do saber das ciências sociais e humanas. Neste ensaio teórico, damos importância às incidências teóricas de Marx, Lênin e Lukács, principalmente em interpretações, dos pesquisadores do Serviço Social, sobre o período sócio-histórico de emergência do Serviço Social, da explicação da “questão social”, da concepção sócio-histórica da ética, da centralidade do trabalho. A partir dos anos de 1980, a incidência desses autores na produção teórica da área passou a ser frequente. Dentre os pesquisadores do Serviço Social que recorrem à teoria social crítica, destacamos as obras de Netto (1996; 2001), Iamamoto (1998; 2000; 2007), Guerra (2002), Barroco (2008).

Destacamos tais pesquisadores do Serviço Social, por entender que os assuntos por eles abordados são fundamentais para a profissão. A compreensão da profissão na dinâmica do capital monopolista e a sua particularidade na divisão social do trabalho é objeto de estudo dos livros de Netto e Iamamoto; o debate sobre a instrumentalidade do Serviço Social, os desafios teóricos e práticos na intervenção profissional são temas abordados por Guerra; o debate sobre a ética e seus fundamentos ontológicos está presente nas pesquisas de Barroco.

Considerações finais

As diretrizes curriculares do curso de Serviço Social, orientado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, são compostas por três núcleos de fundamentação sob os quais as unidades temáticas são organizadas. Os núcleos compõem um todo indissociável que articula a vida social, as particularidades da sociedade brasileira e o trabalho profissional. São eles: Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; Núcleo de fundamentos do trabalho profissional.

O Núcleo de fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da vida social se preocupa em organizar os conteúdos do pensamento social que é pertinente para a formação profissional do assistente social. Este Núcleo é responsável pelo tratamento do ser social como totalidade histórica; objetiva fornecer componentes fundamentais da vida social que deverão ser particularizados nos Núcleos de fundamentação da realidade brasileira e do trabalho profissional; pretende compreender o ser social situado no processo de constituição e desenvolvimento histórico da sociedade burguesa; busca apreender os elementos de continuidade e ruptura do desenvolvimento histórico da sociedade humana. A categoria trabalho é assumida como eixo central do processo de produção e reprodução da vida social. A sociedade burguesa, nesta perspectiva, é tratada de acordo com as suas especificidades: a divisão social do trabalho, a propriedade privada, o conflito de classes, as relações de exploração e dominação, e ainda, as suas formas de alienação e resistência. Evidencia-se ainda o reconhecimento das dimensões culturais, ético-políticas e ideológicas que constituem os processos sociais, apreendidas no movimento contraditório e incorporados os elementos de sua superação. (ABEPSS, 1996).

Segundo a ABEPSS (1996, p.10):

O conhecimento apresenta-se como uma das expressões do desenvolvimento da capacidade humana de compreender e explicar a realidade nas suas múltiplas determinações. Este núcleo é responsável, neste sentido, por explicar o processo de

conhecimento do ser social, enfatizando as teorias modernas e contemporâneas. O tratamento das diferentes filosofias e teorias tem como perspectiva estabelecer uma compreensão de seus fundamentos e da articulação de suas categorias, o que supõe eliminar a crítica *a priori* ou a negação ideológica das teorias e filosofias, sem o necessário conhecimento de seus fundamentos.

Portanto, a interlocução com teoria social crítica e o estudo de autores como Marx, Lênin e Lukács, é fundamental para aprofundar as análises do Núcleo de fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da vida social, para que as referências teóricas apropriadas pelo Serviço Social sejam apreendidas com uma maior aproximação possível dos clássicos que protoformaram a análise social da sociedade burguesa.

LARA, R. The incidence of the critical social theory in the Social Service. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 18, n. 1, p. 43-59, 2009

ABSTRACT: At the present time the theoretical production of the Social Service presents significant approach with important authors of the critical social theory. That happened more strongly starting from the years of 1980, moment that the dialogue with the original social thought of the Marxist tradition is appropriate in a more cautious way. Marx, Lênin, Gramsci and Lukács, as critical specialists of the bourgeois society, became frequent speakers in the scientific production of the area, as well as it is noticed their relevance in the theoretical basis that sustains the curricular proposal of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Service - ABEPSS, 1996.

KEYWORDS: Social Service foundations. marxism. social theory.

Referências

ABEPSS (Associação brasileira de ensino e Pesquisa em Serviço Social). *Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social* (Texto na íntegra aprovado em assembléia em novembro de 1996). Rio de Janeiro: 1996.

BARROCO, M. L. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez, 2008.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 18, n. 1, p. 43-59, 2009

- BARROCO, M. L. *Ética: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo: Cortez, 2008.
- CADERNOS ABESS. *A produção do conhecimento e o Serviço Social*. São Paulo: Cortez, n. 5, 1992. 136 p.
- _____. *Produção científica e formação profissional*. São Paulo: Cortez, n. 6, 1993, 196 p.
- _____. *Formação profissional: trajetórias e desafios*. São Paulo: Cortez, n. 7, 1997, 168 p.
- _____. *Diretrizes curriculares e pesquisa em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, n. 8, 1998, 117 p.
- CFESS. *Código de ética do assistente social*. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br>>. Acesso em: 25 nov. 2005.
- GUERRA, Y. *A instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2000a.
- _____. *Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 2000b.
- _____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*. São Paulo: Cortez, 2007.
- LÊNIN, V. I. *Materialismo e empiro-criticismo: notas e críticas sobre uma filosofia reacionária*. Rio de Janeiro: Editorial Calvino, 1946.
- LUKÁCS, G. As bases ontológicas da atividade humana. In: *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Ciências Humanas, v. 4, 1978.
- _____. Sociologia. In: *Grandes Cientistas Sociais*. São Paulo: Ática, 1981, n. 20.)
- _____. *Ontologia do Ser Social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979a.

LUKÁCS, G. *Ontologia do Ser Social: a falsa e a verdadeira ontologia de Hegel*. São Paulo: Ciências Humanas, 1979b.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. 19. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a. Livro 1, v. 1-2.

MESZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993.

NETTO, J. P. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1996a.

_____. *Ditadura e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001b.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social*, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-50, 2001c.

YAZBEK, M. C. (Org.). Projeto de revisão curricular da Faculdade de Serviço Social/PUC-SP. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: ano 5, n. 14, p. 55-78, mar. 1994.

_____. O Serviço social como especialização do trabalho coletivo. In: *CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: reprodução social, trabalho e Serviço Social*. Módulo 2. Brasília, DF: CEAD : CFESS : ABEPSS, 1999.

_____. Os fundamentos do Serviço Social na contemporaneidade. In: *CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social: o trabalho do Assistente Social e as políticas sociais*. Módulo 4. Brasília, DF: CEAD: CFESS: ABEPSS, 2000.

_____; SILVA, M. O. S. Das origens à atualidade da profissão: a construção da Pós Graduação em Serviço Social no Brasil. In: CARVALHO, D. B. B.; SILVA E SILVA, M. O. (Org.). *Serviço Social, pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2005a. v. 1.

Artigo recebido em 05/2009. Aprovado em 06/2009.